Opinião socialista

Publicação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
Ano VII - nº 133 - de 13 a 26/06/2002 R$ 1,50

VAMOS VIRAR O JOGO CONTRA A ALCA!

PLENÁRIA NACIONAL COLOCA TIME EM CAMPO RUMO AO PLEBISCITO

ADEUS MÁRIO LAGO

O Brasil está de luto com a morte de Mário Lago.

Compositor de dezenas de sambas inesquecíveis, Amélia foi seu maior sucesso e continua no imaginario do povo brasileiro depois de muitas décadas. Grande ator emocionou inúmeras vezes o público com suas interpretações.

Como artista engajado nas lutas sociais, em sua resistência contra a ditadura militar foi preso inúmeras vezes e esteve na primeira leva dos demitidos da Rádio Nacional.

O PSTU e o Jornal Opinião Socialista enviam suas condolências aos familiares e amigos de Mário Lago.

"Não é a vida que eu queria
nem o mundo o que sonhei
Vida de paz e alegria
num mundo de uma só lei.
Mas me ensinaram, e guardei,
que após um dia há outro dia.
E rindo como poeta,
que riso é minha saúde,
fiz da alegria uma meta,
fiz da esperança virtude."

(Mário Lago)

OLHO VIVO QUANDO PEGAR O EXTRATO DO FGTS

Levantamento feito pelo jornal Folha de São Paulo revela que há diferença de até 7000% entre as informações da Caixa Econômica Federal e dos bancos que operavam as contas do Fundo antes delas serem centralizadas pela CEF. A diferença é referente aos planos Verão e Collor I. A coincidência é que em todos os extratos os valores apresentados pela CEF são inferiores aos dos bancos.

O trabalhador Milton Brum, por exemplo, recebeu pela CEF extrato no valor de R$ 13,77. Enquanto isso, o Banco do Brasil dizia que ele deveria receber R$ 1.076,76. Além do mais, o governo prometeu enviar os extratos até 30 de abril a todos os trabalhadores que têm direito a receber a diferença do FGTS, mas até agora mais de 70% não receberam.

O advogado do Sindicato Aristeu Pinto Neto alerta que é preciso verificar os cálculos e não se deixar enganar pelo governo.

(Extraído do Jornal do Metalúrgico de São José dos Campos)

JÔ, CHAMA O ZÉ!

"PSTU usa Internet para sensibilizar Jô Soares"

"O PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) decidiu inovar. Indignados porque

Jô Soares não incluiu o candidato à presidência do partido na lista de presidenciáveis a serem entrevistados, os militantes decidiram sensibilizar o apresentador com a campanha on-line "Jô, chama o Zé!".

Zé Maria, o candidato do partido, não entende porque até o Enéas foi chamado, e ele não. A campanha está no site do partido. Ali os usuários assistem a uma animação em Flash em que o Derico aumenta o coro dos que querem ver Zé Maria bebendo na caneca do Jô. O músico pede ao patrão, em um singelo bilhete, que entreviste o candidato de esquerda. Após o término da animação, o internauta é convidado a mandar uma mensagem ao apresentador. Além de Enéas, já participaram do programa os pré-candidatos à presidência Lula, Ciro Gomes e Anthony Garotinho".

A matéria acima foi publicada pelo Site Terra. Além do Terra, a Folha de São Paulo e o Jornal da Tarde publicaram notas sobre a campanha "Jô, chama o Zé!". Envie também sua mensagem para Jô Soares. Entre no site do PSTU e veja como proceder: **www.pstu.org.br**

MARINGONI

SUMÁRIO

EDITORIAL	3
EDUCAÇÃO	4
MOVIMENTO	5
DÍVIDA EXTERNA	6
BASE DE ALCÂNTARA	7
ALCA	8-9
POLÊMICA	10
MARXISMO	11
MOVIMENTO	12-13
ARGENTINA	14-15

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81

CORRESPONDÊNCIA
Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
São Paulo - SP- CEP 04040-030
e-mail: *opiniao@pstu.org.br* Fax: (11) 5575-6093

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Eduardo Almeida, Euclides de Agrela, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida e Valério Arcary

EDIÇÃO
Fernando Silva

REDAÇÃO
Euclides de Agrela, Fernando Silva, Luiza Castelli, Mariúcha Fontana

PROJETO GRÁFICO
Gustavo Sixel

DIAGRAMAÇÃO
Eduardo Lipo e Gustavo Sixel

PESQUISA E ACERVO DE IMAGENS
Paula Babenko

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Álvaro Bianchi, Américo Gomes, André Freire, Bernardo Cerdeira, José Vitório Zago, Luiz Fernando da Silva, Maria Lúcia Fatorelli

IMPRESSÃO
GazetaSP - Fone: (11) 6954-6218

AQUI VOCÊ ENCONTRA O PSTU

- **SEDE NACIONAL**
R. Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - SP - (11)5575.6093 - *pstu@pstu.org.br*
- **ALAGOINHAS (BA)**
R. Alex Alencar, 16 - Terezópolis - *alagoinhas@pstu.org.br*
- **ARACAJU (SE)**
Pça. Promotor Marques Guimarães, 66 A, cjto. Augusto Franco - Fonolândia *aracaju@pstu.org.br*
- **BAURU (SP)**
R. Presidente Kennedy, 8-63 - Centro - (14)232.7537- *bauru@pstu.org.br*
- **BELÉM (PA)**
R. Domingos Marreiras, 732 - Umarizal - (91)225.3177 - *belem@pstu.org.br*
- **BELO HORIZONTE (MG)**
Rua Tabaiares, 31 - Floresta (Estação Central do metrô) (31)3222.3716 *bh@pstu.org.br*
- **BRASÍLIA (DF)**
EQS 414/415 - LT 1 - Bl. A - Loja 166 - (61)346.4926 - *brasilia@pstu.org.br*
- **CAMPINAS (SP)**
R. Dr. Quirino, 651 - (19)3235.2867- *campinas@pstu.org.br*
- **CAXIAS DO SUL (RS)**
(54)9974-4307 -
- **CONTAGEM (MG)**
Rua França, 532 Sala 202 - Eldorado
- **CURITIBA (PR)**
curitiba@pstu.org.br
- **DIADEMA (SP)**
R. dos Rubis, 359 - *diadema@pstu.org.br*
- **FLORIANÓPOLIS (SC)**
R. Nestor Passos, 104 Centro (48)223.8511 - *floripa@pstu.org.br*
- **FORTALEZA (CE)**
Av. da Universidade, 2333 (85)221.3972 - *fortaleza@pstu.org.br*
- **GOIÂNIA (GO)**
(62)212-0326
- **JACAREÍ (SP)**
R. Luiz Simão,386 - Centro - (12)3952-9550
- **JOÃO PESSOA (PB)**
R. Almeida Barreto, 391 - 1° andar - Centro - *joaopessoa@pstu.org.br*
- **JUIZ DE FORA (MG)**
Travessa Antônio Alves Souza, 16 - B. Santa Catarina (32)9966-1136/99798664
- **MACAPÁ (AP)**
Av. Antonio Coelho de Carvalho, 2002 - Santa Rita - (96)9963.1157 - *macapa@pstu.org.br*
- **MACEIÓ (AL)**
R. Inácio Calmon, 61 - Poço - (82)971.3749
- **MANAUS (AM)**
R. Emílio Moreira, 821- Altos Centro - (92)234.7093 - *manaus@pstu.org.br*
- **MUCURI (BA)**
R. Jovita Fontes, 430 - Centro (73)206.1482
- **NATAL (RN)**
R. Coronel José Bernardo, 938, Alecrim - (84)201.1558
- **NITERÓI (RJ)**
R. Dr. Borman, 14/301 - Centro - (21)2717.2984 - *niteroi@pstu.org.br*
- **NOVA IGUAÇU (RJ)**
R. Cel. Carlos de Matos, 45
- **PASSO FUNDO (RS)**
R. Tiradentes, 25
- **PELOTAS (RS)**
(53)9104-0804 - *pstupelotas@yahoo.com.br*
- **PORTO ALEGRE (RS)**
R. General Portinho, 243 (51)286.3607 - *portoalegre@pstu.org.br*
- **RECIFE (PE)**
R. Leão Coroado, 20 - 1° andar - Boa Vista - (81)3222.2549 - *recife@pstu.org.br*
Rua do Príncipe, 720 - Sala 102- (81) 3421 8301 www.pstu.hpg.com.br jpstupe@hotmail.com
- **RIBEIRÃO PRETO (SP)**
R. Monsenhor Siqueira, 711 - Campos Elíseos - (16)637.7242 - *ribeiraopreto@pstu.org.br*
- **RIO GRANDE (RS)**
(53)9977.0097
- **RIO DE JANEIRO (RJ)**
rio@pstu.org.br
Praça da Bandeira
Tv. Dr. Araújo, 45 - (21)2293.9689
Zona Oeste
Estrada de Monteiro, 538 - Casa 02 - Campo Grande - RJ
- **SANTA MARIA (RS)**
(55)9989.0220 - *santamaria@pstu.org.br*
- **SALVADOR (BA)**
R.Coqueiro de Piedade, 80 - Barris - *(71)328-6729*
- **SANTO ANDRÉ (SP)**
R. Adolfo Bastos, 571 Vila Bastos - (11)4427-4391 *santoandre@pstu.org.br*
- **SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)**
R. Mal. Deodoro, 2261 - (11)4335.1551- *saobernardo@pstu.org.br*
- **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP)**
R. Mário Galvão, 189 (12)3941.2845 *sjc@pstu.org.br*
- **SÃO LEOPOLDO (RS)**
R. São Caetano, 53
- **SÃO LUÍS (MA)**
(98)276.5366 / 9965-5409 - *saoluis@pstu.org.br*
- **SÃO PAULO (SP)**
saopaulo@pstu.org.br
Paraíso
R. Nicolau de Souza Queiroz, 189 - (11)5572.5416
Zona Sul
Santo Amaro: R. Cel. Luis Barroso, 415 - (11)5524-5293
Campo Limpo: R. Dr. Abelardo C. Lobo, 301 - piso superior
Zona Leste
Av. São Miguel, 9697 Praça do Forró - São Miguel - (11)6297.1955
- **SUZANO (SP)**
Av. Mogi das Cruces,91 - Centro
- **TEREZINA (PI)**
R. Firmino Pires, 718
- **UBERABA (MG)**
R. Tristão de Castro, 191 - (34)312.5629 *uberaba@pstu.org.br*

Fora FHC, o FMI, George Soros e seu candidato

O Brasil está mergulhado numa crise financeira e corre o risco de virar a Argentina ainda antes das eleições. O certo é que qualquer que seja o candidato eleito em outubro, o país estará nas portas do FMI, insolvente, quebrado.

A precipitação da crise tem razões antes de tudo econômicas. O modelo de roubo e expropriação do Brasil e demais países semi-coloniais está esgotado e o capitalismo mundial está em crise.

A "estabilidade" tão propalada por Serra, Malan e Cia, não passa de um equilíbrio precário, instável, de uma bomba de tempo que explodirá o mais tardar no colo do futuro presidente. Neste momento, o tempo está sendo encurtado. E, no centro de tudo, estão as impagáveis dívidas externa e interna.

Todos os anos os empregados brasileiros do mega especulador George Soros (FHC, Malan, Armínio Fraga) garantem o envio de 50 a 60 bilhões de dólares para os banqueiros internacionais. Cerca de 29 bilhões de dólares saem do Brasil anualmente em forma de juros e parcelas da dívida externa; entre 4 e 7 bilhões na forma de remessas de lucros das multinacionais; e outro tanto é gasto em importações e viagens internacionais.

Essa grana que sai, em reais, do Orçamento da União (da saúde, educação, infra-estrutura), dos baixos salários, do aumento do desemprego, etc, só pode ser convertida em dólares de três formas: vendendo empresas brasileiras para multinacionais; fazendo novos empréstimos internacionais ou oferecendo títulos do governo a juros de 18,5% (dívida interna) para que os "investidores" comprem com seus dólares reais e ganhem sobre os juros mais altos do planeta e, por fim, com exportações.

O problema é que os juros de agiota – como os do cheque especial – vão transformando a dívida numa bola de neve e chega uma hora que não há mais como empurrar com a barriga.

É isso que está acontecendo. As contas não estão fechando. As exportações caíram em 13%; os investimentos externos caíram em quase 50% desde 2000 e o governo já vendeu a maioria das estatais. Resultado: talvez faltem US$ 10 bilhões para pagar juros e dívidas, por isso o governo já está falando em pegar novo empréstimo com o FMI. No ano que vem, então, é que as contas não vão fechar mesmo.

Resultado: o FMI exigirá um novo acordo e, como um agiota, vai buscar tirar tudo o que o país ainda tiver. Já há "analista" falando que o maior temor dos "investidores" é que talvez nem o Serra consiga a "unidade política" necessária para fazer o "ajuste fiscal" e pagar as dívidas: "economizar" do que hoje não está ainda comprometido com o pagamento da dívida, ou seja, dos 40% que sobram do Orçamento, não "apenas" os 3,5% que o FMI exige hoje (R$ 42 bilhões), mas algo como 8% e também vender a Petrobrás e o Banco do Brasil.

Como qualquer governo "será fraco" para impor ao povo as "medidas amargas" (na Argentina querem a demissão de 400 mil funcionários públicos), exigirão que uma junta interventora deles governe o Brasil para fazer com que o acordo seja cumprido.

> O DIA 21 DE MARÇO DEMONSTROU QUE, APESAMAIORIA DA CUT, HOUVE UMA MOBILIZAÇÃO SURPREENDENTE

O que está acontecendo agora é que os tais "investidores", que esperavam que ao menos neste ano a grana estaria garantida, diante da diminuição da entrada de dólares no país, não estão mais dispostos a esperar para receber no ano que vem o pagamento dos papéis da dívida interna. Por isso, exigem do governo que encurte o vencimento das dívidas e aumente ainda mais os juros. Como se isso não bastasse, como grande prova da sua "confiança" nos fundamentos "sólidos" da economia, estes mesmos "investidores" estão transferindo a grana dos papéis da dívida para a compra de dólares. Resumindo: os banqueiros estão dando um calote no Brasil e roubando o que podem.

O governo, entretanto, está buscando botar a culpa da crise na oposição. E os especuladores, por sua vez, também estão dando uma forcinha para o governo, já que o candidato deles é José Serra.

Daí que o mega especulador George Soros declarou que "ou o Brasil elege Serra ou será o caos". Ou seja: eles tirarão ainda mais rápido a grana daqui. E, sem constrangimento, disse que o capitalismo global não é democrático e que quem elege o presidente do Brasil são os investidores americanos.

Eles querem eleger Serra. Mas, se não der, querem também que Lula não apenas prometa "não romper contratos" e seguir bonzinho "pagando as dívidas", como querem garantias explícitas de continuidade, como exigiram de De La Rua.

Mas independente de se o "terrorismo econômico" vai beneficiar eleitoralmente Serra ou Lula; o Brasil está muito perto da Argentina e pode quebrar.

Aos trabalhadores e à maioria do povo, interessa derrotar esse governo, os especuladores, o FMI e não pagar as dívidas. Porque se não dermos "calote" nos banqueiros já, eles imporão um mega calote nas costas do povo ■

FALA ZÉ MARIA

As dívidas no centro da crise

O país está sendo chantageado. É inaceitável e deve ser repudiada a participação direta de mega investidores e agências financeiras internacionais nas eleições brasileiras.

Mas isto é também a demonstração de como essa "democracia" dos ricos é de araque e em que nível de perda de soberania o Brasil já chegou.

Porém essa chantagem e interferência política só pode ocorrer porque no terreno econômico há um mecanismo de submissão do país que permite ao império deixar o Brasil de joelhos e até mesmo quebrá-lo. Esse mecanismo são as dívidas externa e interna.

Nesse momento, a chantagem política vem acompanhada de uma chantagem e ação econômica bastante contundente: o "mercado" – leia-se banqueiros e grandes empresários — está forçando uma antecipação do pagamento da dívida, aumento dos juros e da própria dívida, valorização do dólar e envio destes para o exterior.

A crise atual demonstra que os companheiros que defenderam incluir uma pergunta sobre dívidas no Plebiscito da ALCA estavam corretíssimos.

Concordamos com Lula que se o governo brasileiro tivesse um mínimo de independência deveria mandar George Soros calar a boca. Mas queremos dizer a Lula que é necessário também fechar já as torneiras das dívidas e das remessas de dólares para o exterior.

É necessário discutir com todo o povo a necessidade da suspensão imediata do pagamento das dívidas e defender o controle de capitais já, sob pena de Soros não apenas não calar a boca, como ganhar bilhões às nossas custas.

Lula, infelizmente, tem cedido à chantagem econômica, prometendo "não romper contratos" e não se contrapondo à antecipação dos prazos de pagamento das dívidas e ainda por cima com juros mais altos, que o BC e o governo vêm fazendo.

É hora de se preocupar com os trabalhadores e o povo e enfrentar os banqueiros e seu ataque especulativo. Chamamos Lula e o PT a defenderem a imediata suspensão do pagamento das duas dívidas até que ocorra uma auditoria, bem como a proibição imediata de remessa de dólares para o exterior. Sem isso, Soros e cia falarão cada vez mais alto contra o Brasil.

Universidades paulistas lutam pela educação pública

DOCENTES, FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES DA UNESP, UNICAMP E USP MOBILIZAM-SE EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO

PASSEATA da greve das estaduais paulistas de 2001

LUIZ FERNANDO DA SILVA,
Professor do Depto. de Ciências Humanas da UNESP - campus Bauru

Os docentes, funcionários e estudantes das Universidades Estaduais Paulistas - USP, UNESP e UNICAMP - nas últimas semanas desenvolveram uma crescente mobilização: inúmeras assembléias, duas paralizações, ocorridas nos dias 16 e 22 de maio, e um indicativo de greve a partir de 10 de junho.

Essas mobilizações relacionam-se com uma pauta unificada de reivindicações que expressa os interesses dos três segmentos e apresenta-se dentro da campanha salarial de 2002, tendo maio como data base.

A pauta trata-se de um programa mínimo unificador das lutas em defesa da universidade pública. Afirma a questão salarial (16% de reajuste), como também pontos relacionados a direitos estudantis (restaurante universitário, moradia, entre outros), contra as perseguições políticas na universidade, reposição de profissionais através de concurso público, reajuste salarial para os trabalhadores do Centro Educacional Paula Souza (vinculado à Unesp), entre outros pontos.

Essas lutas situam-se em um contexto de ampliação do descontentamento do setor público universitário, nas universidades federais e em diversas estaduais, contra as políticas educacionais do governo federal determinadas pelo Banco Mundial.

Nas estaduais paulistas, a radicalidade organizativa e ideológica expressa-se especialmente através da mobilização crescente na Unesp, e tendo como direção política a Adunesp e o Sintunesp.

Nessa universidade, que tem 16 *campi* espalhados pelo interior de São Paulo, é onde estão se desenvolvendo as posições mais incisivas através de greves e paralisações de diversos *campi*. Essa maior mobilização nos *campi* unespianos decorre devido à truculência como o atual reitor, professor José de Souza Trindade, procura implementar o modelo de universidade neoliberal, baseado em um ataque frontal ao regime de trabalho em dedicação integral e na implantação dos chamados *campi avançados*, que confronta com o modelo de universidade, precarizando a relação pesquisa, docência e extensão, e rompendo com a dedicação integral.

PROJETO É DE DESMONTE NA PRÁTICA

O projeto de expansão de *campus* avançados que propõe a reitoria unespiana é uma variação, mantendo a mesma filosofia, da proposta do CRUESP, que sinaliza com novas modalidades de ensino público universitário: Educação a Distância (EAD), Cursos Seqüênciais e Modulares, Programa de Educação Continuada, entre outras modalidades.

Essas formas de cursos barateariam o ensino público universitário e, demagogicamente, propõem "democratizar" o acesso ao ensino superior.

Na realidade, o que está sendo proposto e sendo implementado é uma educação de nível superior ("pós-secundário"). Essa proposta do Conselho de Reitores, no sentido de diversificação do ensino superior público, acompanha integralmente as diretrizes traçadas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, e acompanha os dispositivos presentes no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2000, no sentido de ampliação das vagas no Ensino Superior Público no país, em 30% até o final desta década.

Em linhas gerais, essa preocupação acontece nas três estaduais paulistas, mas de maneira mais determinada na Unesp, uma vez que a reitoria unespiana pretende atingir diversas localidades no interior, serviria para o governo estadual como um "bom cabo eleitoral".

O objetivo da reitoria configura-se em torno de ampliação de *campi*, em várias regiões do interior de São Paulo. Os *campi avançados*, como conceitua a proposta do reitor, teriam uma articulação com as necessidades regionais.

Os professores, por sua vez, enquadram-se no conceito desenvolvido na Unesp, de *professor itinerante*. Ou seja, o professor desloca-se de sua unidade original, realiza as suas aulas nesses *campi avançados*, e logo em seguida retorna. A proposta de financiamento ocorreria com parcerias com as prefeituras, por exemplo, no que se refere à infra-estrutura, manutenção predial e limpeza.

Esse formato está sendo proposto em sete novos *campi avançados*, em várias partes do interior de São Paulo. Nas cidades onde estão propostas as unidades, existe uma expectativa muito grande das populações locais, especialmente construída pelos jornais e emissoras radiofônicas, articuladas politicamente pelas prefeituras e evidentemente pelo governo de São Paulo ■

FÓRUM DAS SEIS
Na mesa de negociações, o Fórum das Seis Entidades é composto por representantes sindicais dos docentes e funcionários das três universidades, do Centro Paula Souza e dos estudantes, enquanto o CRUESP – Conselho dos Reitores das Universidades Estaduais Paulistas - é composto pelos reitores das universidades.

RAIO X DA UNESP
Atualmente a Unesp tem 3.124 docentes e 7.156 funcionários. Nos cursos de graduação estão matriculados 24.819 alunos e, nos cursos de pós-graduação, 9.621 alunos. Anualmente são aprovados em seus vestibulares 5.685 candidatos para um total de 85.762 inscritos

Mobilização e debates no campus

A atual mobilização nas estaduais paulistas está amarrada em um leque de reivindicações que não se limitam à questão salarial.

De outra maneira, essa luta sinaliza com experiências politico-organizativas de alguns *campi*, através de uma nítida definição de luta e organização unificada entre as três categorias (professores, docentes e funcionários).

No campus Bauru da Unesp chegaram a ocorrer assembléias com trezentas, depois setecentas, e finalmente oitocentas pessoas, envolvendo docentes, funcionários e estudantes. As discussões envolveram análises de política nacional, concepção de universidade pública, Banco Mundial e política educacional, a relação com as questões mais imediatas da pauta de reivindicações e as formas de luta.

Não se deve esquecer que, entre os diversos *campi* mobilizados, a bandeira contra a Alca vem sendo divulgada, possibilitando inclusive o surgimento de novos comitês locais e o fortalecimento da campanha.

Por último, considera-se que essa luta ainda se mantém em um patamar defensivo. Deve-se realizar um movimento de politização que sinalize na direção da problematização da universidade pública, seu acesso a ampla maioria da população excluída desses espaços, articulada à discussão sobre a Educação Pública enquanto um todo e, por outro lado, ligada a um projeto socialista e revolucionário de sociedade ■

Oposição Alternativa avança na Apeoesp

CHAPA 2, OPOSIÇÃO ALTERNATIVA, CONQUISTA 25% DOS VOTOS NAS ELEIÇÕES PARA O SINDICATO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AMÉRICO GOMES,
de São Paulo

Sobre os companheiros que aguardavam o final da apuração das eleições para a diretoria da Apeoesp, ao meio dia do domingo, dia 9, na quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo, pesava um enorme cansaço. A contagem dos votos havia começado na madrugada do dia 8 e estava se encerrando na metade do dia 9. Foram pelo menos 30 horas de apuração.

Durante um mês de campanha, não faltaram viagens, debates, momentos de tensão. Com certeza, esta eleição da Apeoesp terá muita história para contar. Mas os militantes e ativistas da Chapa 2, Oposição Alternativa, não estavam somente cansados. Apesar do cansaço também demonstravam uma alegria muito grande por postularem de maneira combativa a necessidade de uma nova direção para o movimento docente do Estado de São Paulo.

> A OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SE POSTULOU DE MANEIRA COMBATIVA À APEOESP

A conquista de 25% dos votos possibilitou à Oposição Alternativa, encabeçada pelo professor Edgar Fernandes, do PSTU, obter 8 membros na Executiva (dos quais 2 são professores do PSTU) e 36 membros na diretoria plena do sindicato (12 dos quais são do PSTU). Além disso, a Chapa 2, manteve todas as sub-sedes regionais que dirige e ainda conquistou novas: Ribeirão Preto, Franco da Rocha, Caraguatatuba e a da Zona Sul de São Paulo.

"SINDICATO ESTÁ MUITO DESGASTADO DIANTE DOS PROFESSORES"

O resultado destas eleições refletiu, fundamentalmente, o brutal desgaste do Sindicato. Esse desgaste possibilitou não só o crescimento da Oposição, mas inclusive levou à diminuição do número de professores votantes. Dos 135 mil sócios, votaram por volta de 60 mil, ou seja, 45% dos filiados.

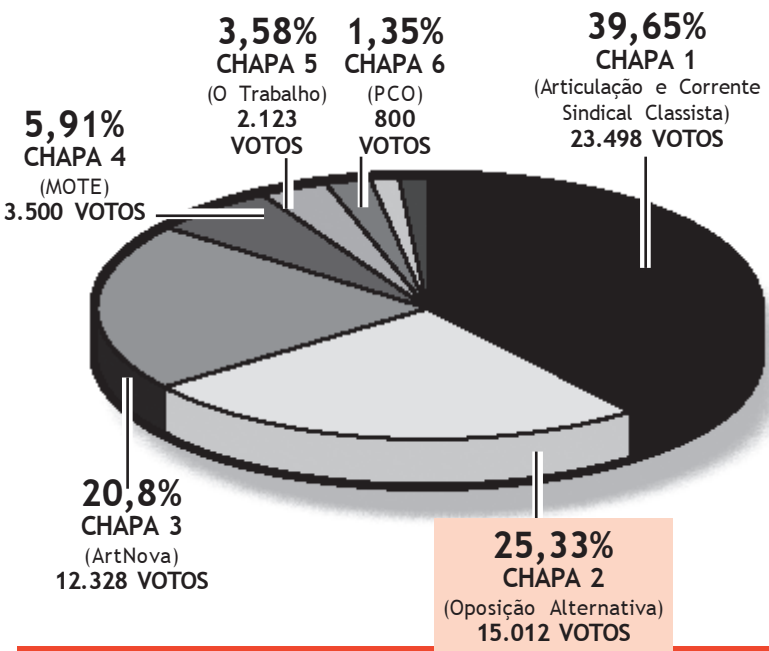
A diretoria da Apeoesp, formada pela *Articulação Sindical* e *Corrente Sindical Classista*, ciente dessa situação, tentou realizar uma campanha eleitoral "morna", com poucos materiais e evitando os principais debates políticos. Além disso, colocou a máquina do sindicato para garantir sua vitória.

Como a Oposição Alternativa não possuía a serviço da sua campanha nenhuma máquina sindical, as dificuldades para reverter este clima de apatia eram grandes.

Somemos a isso a falta de unidade da Oposição. A Chapa 3, da ArtNova (uma ruptura da Articulação Sindical no professorado) e a Chapa 4, do agrupamento conhecido como MOTE, se recusaram a construir uma lista unitária como era a proposta da Oposição Alternativa. Já as chapas 5 (da corrente *O Trabalho*) e a Chapa 6 (ligada ao PCO) foram linhas auxiliares da *Articulação Sindical*.

Apesar destes problemas, a Chapa 2 ganhou novamente no conjunto da Capital com 37,24% dos votos, mil votos na frente da Chapa 1. Na Grande São Paulo, a Oposição Alternativa obteve 41,46%, dois mil votos na frente da Chapa 1. O resultado representou um significativo avanço para a construção de uma nova direção para os professores paulistas ■

RESULTADO DA VOTAÇÃO*

Proporção sobre 59261 votos de 1273 urnas, equivalente a 96,29% do total

CHAPA 2 TEVE 41% DOS VOTOS DA CAPITAL

GRANDE SÃO PAULO	3.794	37,24%
CAPITAL	4.932	41,46%
INTERIOR	6.286	16,91%

O apoio à Chapa 2

Vários setores do movimento sindical apoiaram a *Oposição Alternativa* de forma contundente, como os Sindicatos dos Previdenciários do Rio Grande do Sul e Espírito Santo e o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos.

Este apoio possibilitou a presença nas eleições de companheiros de várias partes do país, até do Rio Grande do Norte e da Paraíba, com um destaque especial para os companheiros de Santa Catarina, que chegaram em São Paulo em um ônibus e no mesmo dia foram para todos os cantos do Estado. De Minas Gerais vieram companheiros do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, do Sul de Minas e do Triângulo Mineiro. Os companheiros desta região foram presos em Orlândia, ao tentarem impedir uma fraude da Chapa 1.

Mas o que mais impressionou foi o apoio dos companheiros do movimento popular, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) do acampamento de Guarulhos, que enviaram 40 companheiros para ajudar na fiscalização das urnas.

> SEM TERRA E SEM TETO FIZERAM CAMPANHA PARA CHAPA 2

Assim como os militantes do Movimento dos Sem Terra (MST) que mobilizaram mais de 120 companheiros que ajudaram na fiscalização em Ribeirão Preto, Dracena, Marilia, Lins, Araçatuba e Bauru, entre outras cidades.

Estes companheiros, mantendo a melhor tradição da solidariedade entre o movimento operário e popular, cumpriram um papel fundamental para o resultado da *Oposição Alternativa*, angariando votos e evitando a fraude promovida pela atual diretoria ■

ARQUIVO PSTU

Uma saída digna para um negócio sem escrúpulos

NOVO MODELO DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL PREVÊ ACORDOS DE REESTRUTURAÇÃO DAS DÍVIDAS COM FORÇA DE LEI SOBRE AS LEGISLAÇÕES DOS PAÍSES. SERIA O FIM DA SOBERANIA

MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO,
da Unafisco Sindical

Em novembro de 2001, declarando-se preocupado com "as crises dos mercados financeiros emergentes", a diretora do FMI, Anne Krueger, apresentou proposta que institui mecanismo formal de reestruturação da dívida soberana dos países, a partir de nova arquitetura financeira internacional. Seu modelo é a instituição de um tribunal de insolvência interno, do qual participariam os credores e devedores, e teria força de lei em sentido universal, ou seja, superior às leis dos países.

FMI OPERARIA INTERVENÇÃO

Evidentemente, o FMI é que operaria este mecanismo. A proposta do Fundo abarca tanto a dívida externa quanto a interna e visa "reconstruir a confiança dos investidores", restaurando o crescimento dos países ao colocar, em primeiro lugar, as políticas corretivas de ajuste fiscal (que são inversas às adotadas pela maior potência mundial e demais países ricos), o fortalecimento do setor financeiro e regimes mais flexíveis de câmbio.

Essa proposta passou a ser comentada publicamente também pelo principal diretor do FMI, Horst Köhler. Ele está defendendo a proposta de Krueger que "indica que os credores privados deveriam fiscalizar a política econômica dos países devedores, garantindo assim que o compromisso de pagamento acertado na reestruturação fosse honrado".

O tema está avançando rapidamente entre os mandatários do planeta, uma vez que a mesma já foi incluída pelo G-7 em seu plano para combater crises financeiras dos "emergentes", conforme noticiou a Folha de S.Paulo de 21/4/2001.

REUNIÃO ARTICULA RESISTÊNCIA

Em contraponto ao modelo autoritário e desrespeitoso proposto pelo FMI, que institucionalizará o fim da soberania dos países endividados, representantes da Campanha Jubileu de vários países reuniram-se em Guayaquil, no Equador, entre 9 e 12 de março de 2002, a fim de discutir uma proposta alternativa a esse mecanismo unilateral profundamente parcializado com o qual são tratados os países em desenvolvimento.

Os dezoito países representados em Guayaquil, entre os quais o Brasil, Argentina, Alemanha, Inglaterra, discutiram a alternativa de realização de processo de arbitragem justo e transparente.

A proposta se fundamenta na defesa dos direitos humanos e dos direitos fundamentais dos povos, que têm sido violentamente desrespeitados pelos governos que circunscrevem suas ações aos interesses de pequenos grupos.

NEGOCIAÇÃO ENTRE DESIGUAIS

As negociações das dívidas têm sido, historicamente, desequilibradas. O juiz (FMI) é parte do time mais forte, impõe as regras e não assume qualquer culpa ou responsabilidade pelos danos que tem causado. O exemplo mais recente é o caso da Argentina, mas vários países estão igualmente arrebentados.

A proposta de Arbitragem busca uma reorganização da forma de negociação e prevê a criação de um Código Financeiro Internacional e o estabelecimento de um Tribunal de Dívida independente e flexível. A essência do processo de arbitragem é a transparência do endividamento de cada país. Para se chegar a esse mecanismo, os países devem iniciar um processo de monitoramento, audiências públicas e auditorias da dívida, a fim de se obter pleno conhecimento da natureza do endividamento - qual parte é legítima e qual é ilegítima.

ESPOLIAÇÃO E DEPENDÊNCIA

A dívida tem sido um mecanismo de espoliação, praticada pelos países mais ricos, submetendo as nações em desenvolvimento a políticas econômicas perversas, há muito tempo. E o Brasil não está só nesse processo. A ânsia de buscar uma saída para esse quadro de dependência e espoliação é generalizada, especialmente diante da proposta da Alca, que representa sério risco de termos ainda mais agravados e aprofundados os processos de submissão e total ausência de soberania.

O que está em jogo é a nossa verdadeira independência, até hoje não conquistada, pois somos prisioneiros e reféns dessa dívida que nos massacra. Além dessa grave ofensa à nossa soberania, os recursos sangrados pela dívida estão fazendo muita falta no combate à miséria e à violência (assustadoras...); estão impedindo os investimentos necessários em saúde, educação, segurança, reforma agrária, geração de empregos; estão atingindo a dignidade do nosso povo.

ARTICULAR LUTA CONTRA ALCA E ENDIVIDAMENTO

É fundamental articularmos todas as nossas lutas, pois o processo de colonização imposto pelo endividamento é semelhante ao da Alca e é mais um passo para a anexação, ou seja, definitiva perda da soberania.

É preciso ressaltar que a Auditoria da Dívida Externa está prevista na Constituição Federal promulgada no ano de 1988, da qual consta dispositivo que determina a realização de "exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro" (Art. 26 das Disposições Transitórias).

Esse dispositivo inspirou uma das perguntas do grande Plebiscito que a Campanha Jubileu Sul promoveu em 2000, que coletou 6.030.329 votos em 3.444 cidades brasileiras, graças ao trabalho intenso de voluntários. A pergunta era: "O Brasil deve continuar pagando a Dívida Externa sem realizar uma Auditoria Pública desta dívida, como previa a Constituição Federal de 1988?"

Quase 96% dos que votaram no Plebiscito disseram que Não!

AUDITORIA É URGENTE

Respaldada no voto destes cidadãos que querem ver cumprida nossa Constituição, iniciamos uma "Auditoria Cidadã da Dívida", que consiste no resgate de documentos, realização de estudos, levantamento de dados, mas visa, especialmente, pressionar pela realização da auditoria oficial, prevista na Constituição.

Muito trabalho tem sido realizado e o fato do próprio Banco Central ter anunciado um "erro" em nossa Dívida Externa no montante de 32,7 bilhões de dólares, em setembro de 2001, serviu para comprovar que estamos trilhando o caminho certo. Acreditamos que uma auditoria séria nessa dívida é necessária e urgente, e será o primeiro passo em direção a uma saída digna para esse processo de endividamento que tanto tem sacrificado o povo brasileiro ■

EXPLOSÃO INEVITÁVEL

A dívida pública é igual a 56% do PIB, ou seja, de tudo o que o país produz.

O Banco Central antecipou R$ 13 bilhões para o 1º trimestre de 2003: um aumento de 72% no que terá que pagar até abril.

60% do orçamento é para pagar juros das dívidas.

O governo paga entre 25 e 30 bilhões de dólares por ano, em juros e parcelas da dívida externa.

A dívida é 400% maior do que o que exportamos.

Em 2001, o governo pegou mais US$ 15 bi do FMI. Este ano deve pedir mais US$ 10 bi.

O futuro governo terá que recorrer a novas negociações e empréstimos em 2003. No cardápio: Petrobrás e Banco do Brasil e corte de 8% do PIB

Congresso pode aprovar entrega da Base de Alcântara ainda este mês

A ENTREGA DE ALCÂNTARA AOS ESTADOS UNIDOS É UM GRAVE ATAQUE À SOBERANIA NACIONAL, POIS PERMITIRÁ A INSTALAÇÃO DE UMA BASE MILITAR TOTALMENTE CONTROLADA PELO IMPERIALISMO EM NOSSO TERRITÓRIO. MANIFESTO CONTRA A ENTREGA SERÁ LANÇADO EM ATO NO RIO DE JANEIRO.

ANDRÉ FREIRE,
do Rio de Janeiro

No início da década de 80, o governo brasileiro criou o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão. Na época, uma área de 52 mil hectares foi desapropriada por decreto, atingindo em torno de 500 famílias, a maioria descendente de quilombolas que sobreviviam de pesca e de agricultura de subsistência.

Em maio de 2000 o governo Fernando Henrique Cardoso assinou um acordo com os EUA para a concessão da Base de Alcântara, nessa altura sua área já havia sido ampliada para 62 mil hectares. Pelo acordo, o imperialismo ianque controlaria a Base e as autoridades brasileiras não poderiam nem mesmo monitorar a área. Na prática teríamos pela primeira vez uma base militar norte-americana em nosso território.

Todos sabemos que o verdadeiro objetivo dos Estados Unidos não é simplesmente o lançamento de foguetes espaciais, mas avançar seu controle militar sobre a região amazônica. A estratégia do imperialismo buscará, portanto, integrar a Base de Alcântara com as suas bases militares já instaladas na América Latina. Para o sucesso do plano Colômbia e da ocupação da Amazônia é de fundamental importância a instalação de uma base militar no Brasil.

Enfim, o que está em jogo com a cessão da Base de Alcântara aos Estados Unidos é a Soberania Nacional e, particularmente, o controle da Amazônia, de suas riquezas naturais, de sua biodiversidade e fontes de água potável.

ENQUANTO ISSO, NO CONGRESSO NACIONAL...

O governo federal foi obrigado, por exigência da Constituição, a enviar o acordo para ser apreciado pelo Congresso. Porém é preciso denunciar que este já chegou ao Congresso assinado pelo presidente da República, o que demonstra o grau de subserviência deste governo.

Mas o "acordo" precisa da aprovação do Congresso Nacional para que os Estados Unidos ocupem definitivamente a região. Em 2001, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, a partir de um relatório do Deputado Waldir Pires (PT-BA), negou por unanimidade a cessão da Base de Alcântara.

Depois desta derrota, o "acordo" foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, também na Câmara, a partir de um parecer favorável do deputado José Rocha (PFL-PA).

Em março de 2002, o "acordo" foi encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça, tendo como relator o deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA). O deputado pode produzir seu parecer a qualquer momento e se for aprovado pela Comissão, vai à votação no Plenário da Câmara, onde os deputados normalmente seguem a orientação das Comissões.

A ENTREGA DA BASE É PARTE DO PROCESSO DE RECOLONIZAÇÃO

A cessão da Base de Alcântara para o Governo dos Estados Unidos não pode ser considerada como um simples acordo internacional. É, na verdade, um dos exemplos mais significativos do grau de submissão do governo Fernando Henrique Cardoso aos interesses econômicos e militares do imperialismo norte-americano.

Nos últimos 20 anos, o Brasil investiu mais de 500 milhões de dólares no projeto nacional de ocupação do Espaço, com destaque para a construção do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e o desenvolvimento do projeto do Veículo Lançador de Satélites (VLS).

Não é novidade para ninguém que a exploração espacial trará, às nações que participarem deste processo de desenvolvimento científico e tecnológico, inúmeros benefícios nas áreas de telecomunicação, em informações atmosféricas, climáticas e de toda natureza.

Com a cessão da Base de Alcântara, o Brasil ficará ausente da ocupação do Espaço, e tudo por uma única razão: a sanha deste governo em salvaguardar os interesses econômicos e militares dos Estados Unidos, em detrimento ao desenvolvimento científico e tecnológico e da soberania nacional do nosso país.

ATO DE LANÇAMENTO DO MANIFESTO SERÁ DIA 24

Por tudo isso é urgente a mobilização dos trabalhadores e do povo brasileiro e, particularmente do movimento social organizado contra a entrega de uma parte estratégica do território nacional ao imperialismo norte-americano.

A Campanha Nacional pelo Plebiscito da ALCA, tendo a frente entidades como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o MST e a CUT, convoca a todos para participarem do Ato de Lançamento do Manifesto Contra a Entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos, que será realizado no Rio de Janeiro, no dia 24 de junho - segunda-feira, às 18h, no Teatro João Caetano - na Praça Tiradentes.

Este importante Ato em defesa da Soberania Nacional contará com a presença de intelectuais, artistas, representantes dos partidos políticos e de entidades nacionais dos movimentos sociais.

O PSTU vem somar-se a esta iniciativa e colocará a sua militância a serviço da campanha contra a cessão da Base de Alcântara, por entender que isto está intimamente ligado com o plebiscito da ALCA e é parte fundamental da luta contra o domínio do imperialismo norte-americano sobre o nosso país e a América Latina ■

O DEP. ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA) é o relator Comissão de Constituição e Justiça e é quem irá produzir um novo parecer sobre o acordo e submeter para votação. **Escreva para o deputado:** Gabinete do Deputado Zenaldo Coutinho Câmara dos Deputados Anexo 3 Brasília DF **Fax:** 61 3182266 **E-mail** dep.zenaldo coutinho @camara.gov.br

O MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BASE) organiza a população que teve suas terras desapropriadas em 1982 e em 1990, para a criação da Base de Lançamentos de Alcântara. As famílias exigem o direito de trabalhar nas terras desapropriadas pelo decreto.

PLENÁRIA NACIONAL DÁ NOVO IMPULSO

A 9ª Plenária Social contra a ALCA reuniu, nos dias 3 e 4 de junho, representantes de 19 estados e cerca de 40 entidades, que definiram as próximas etapas da campanha. Os informes dos estados demonstram que hoje a campanha contra a ALCA envolve cinco vezes mais ativistas e comitês do que àquela realizada há dois anos contra a Dívida Externa e também demonstraram que é possível triplicar o número de votantes no plebiscito.

Com a clareza de que a luta em defesa da Soberania Nacional significa botar abaixo a política de recolonização dos Estados Unidos para a América Latina, a plenária teve de travar uma dura luta para não permitir a descaracterização do conteúdo anti-imperialista do plebiscito, como queria o enviado da Executiva do PT.

A direção do PT conseguiu retirar as dívidas externa e interna das perguntas que estarão na cédula do plebiscito, mas não conseguiu o que realmente queria: transformar a luta contra a ALCA em uma campanha que afirmasse simplesmente que "uma outra ALCA é possível", ou dito de outra forma, "contra a ALCA da forma como ela está", legitimando assim as negociações.

MARIUCHA FONTANA,
da redação

Na manhã do dia 4, o ex-embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, falando ao debate de abertura, afirmou três coisas fundamentais. A Área de Livre Comércio das Américas já está sendo implantada, as mesas de negociação reúnem-se semanalmente e vão consolidando os avanços do imperialismo. Em segundo lugar, não é possível uma ALCA que garanta soberania nacional. E que o Mercosul serve à recolonização e as negociações com a União Européia têm o mesmo caráter que a ALCA.

No mesmo sentido da intervenção do ex-embaixador, a Declaração de Quito - manifesto da Plenária Continental que se reuniu em maio no Equador - foi uma referência para orientar a escolha das perguntas do plebiscito nos grupos, na medida que destacava o tripé das políticas do imperialismo para a América Latina: a imposição da ALCA; o pagamento das dívidas externa e interna; e a instalação de bases militares.

No início da tarde do dia 4, os representantes dos estados relataram como estava a campanha em todo o país. Aí se constatou que os cursos de monitores surpreenderam pelo número de participantes e que a adesão de ativistas à campanha é crescente.

No final da tarde, a plenária se dividiu em seis grupos para debater as perguntas do plebiscito. As questões sobre a ALCA - contra a assinatura do tratado e pela ruptura das negociações - e a Base de Alcântara foram consensuais em todos grupos. O tema das dívidas externa e interna foi reivindicado pela ampla maioria dos grupos: consensual em 4, majoritário em outro e apenas em um foi proposta uma pergunta sobre privatizações no lugar das dívidas.

Porém, na reunião da Coordenação da Campanha à noite, já se viu que a definição das perguntas não seria tão simples. O enviado da Executiva Nacional do PT se fez presente e, junto com os representantes do PCdoB, afirmou que não havia "consenso" sobre as perguntas.

Na manhã seguinte, representantes das coordenações estaduais e entidades nacionais, pegos de surpresa, foram se dando conta do que estava em jogo. Travou-se uma dura batalha, cujo saldo final significou uma vitória da plenária, do plebiscito e da luta anti-imperialista.

A polêmica sobre as perguntas da cédula

O relato dos grupos e o debate sobre as perguntas foi à plenário no dia 5. Dois temas foram consensuais - ALCA e Alcântara - e a questão sobre as dívidas foi submetida à discussão.

Os companheiros da Auditoria Cidadã da Dívida deram um informe sobre os novos termos do acordo com o FMI e as condições para renegociação das dívidas. Maria Lúcia, da Unafisco, afirmou que, mesmo antes da implementação da ALCA, as dívidas externa e interna explodiriam no máximo no início do próximo governo e que o FMI já teria uma definição clara sobre o que fazer: não conceder novos empréstimos, declarar o país insolvente e exigir a colonização completa em troca de ajuda financeira, como com a Argentina. Por isso, o tema das dívidas deveria constar nas perguntas.

Abriram-se intervenções para os dois lados: a favor e contra a inclusão do tema nas perguntas. O PCdo B falou contra, argumentando que as perguntas deveriam se restringir à ALCA para "não dispersar" o eixo do plebiscito. A discussão seguia, quando um dirigente da Consulta Popular tomou a palavra e disse que era favorável à uma questão sobre as dívidas, mas defenderia que a pergunta não entrasse para que o campo majoritário do PT se somasse ao plebiscito, pedindo em seguida que o representante da Executiva do PT se pronunciasse.

O representante do PT falou, tentando fazer colar o mesmo argumento do PCdoB, que haveria problemas ou "dificuldades" para o PT apoiar o plebiscito se este não se centrasse apenas na ALCA, porque outros temas "dispersariam".

Diante deste impasse, a mesa propôs encaminhar, como resoluções da plenária, um comunicado e uma consulta à Executiva Nacional do PT, que ser reuniria no dia 10 de junho. Comunicaria que a plenária tinha consenso sobre dois temas - ALCA e Alcântara - e que uma comissão desenvolveria três perguntas sobre esses temas. Ao mesmo tempo enviaria uma consulta sobre o tema das dívidas externa e interna.

Os companheiros da Auditoria Cidadã da Dívida, as pastorais sociais e grande parte da plenária seguiam reivindicando uma pergunta sobre dívidas e que, ao menos consultivamente, se submetesse a voto tal questão.

O PSTU se pronunciou, considerando um grande erro e um enorme déficit a não inclusão de uma pergunta sobre as dívidas. Mas, mesmo que a plenária entendesse que o tema deveria ser submetido ao PT, o PSTU se manteria na campanha. Nosso partido ainda defendeu que fossem decididas ali com clareza as perguntas sobre ALCA e Alcântara e que estas não ficassem em aberto.

A plenária indignou-se ao ver que se abria ali um enorme precedente: submeter a qualquer outro fórum - e mais ainda a executivas de partidos - a decisão sobre as perguntas do plebiscito. Enxergaram este encaminhamento como um desrespeito à própria plenária.

O debate explodiu de vez, quando outra representante da direção do PT que estava na mesa, propôs que a Plenária decidisse somente a favor da primeira pergunta sobre o tema ALCA e que deixassem em aberto para ser submetido à Executiva do PT, além do tema das dívidas, a segunda pergunta sobre as negociações em torno da ALCA e a terceira sobre a Base de Alcântara.

Diante disso, praticamente toda a plenária - inclusive os companheiros da Auditoria Cidadã - propôs retirar das perguntas o tema das dívidas, para buscar contemplar o PT, mas definir as três perguntas ali. Por outro lado, ainda que fora das perguntas, o tema das dívidas será parte dos materiais da campanha.

Decidiu-se enviar à Executiva do PT um comunicado sobre as decisões da plenária e um apelo para que se some ao plebiscito ■

O RUMO AO PLEBISCITO CONTRA A ALCA

ARQUIVO PSTU

CURSO DE MONITORES em São Paulo reuniu mais de 900 ativistas . Em todo o país cursos como este têm reunido cinco vezes mais pessoas do que reuniu a campanha pelo Plebiscito da Dívida, em 2000.

AS PERGUNTAS DO PLEBISCITO

O modelo de cédula será definido posteriormente pela Coordenação da Campanha, mas as três perguntas aprovadas foram as seguintes:

O governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA?
( ) sim ( ) não

O governo brasileiro deve continuar participando das negociações para a criação da ALCA?
( ) sim ( ) não

O governo brasileiro deve entregar uma parte de nosso território - a Base de Alcântara - para o controle militar dos Estados Unidos?
( ) sim ( ) não

NOVOS MATERIAIS EM JULHO

A campanha terá uma nova cartilha e um manual orientando a organização do plebiscito. A nova cartilha tratará além da Alca, os temas de Alcântara e das dívidas.

Também haverá um novo jornal, onde se agitará e informará sobre o plebiscito, tratará o tema ALCA relacionado com a defesa da soberania nacional, mas também com temas bem presentes no cotidiano das pessoas, como desemprego, meio ambiente e outros. O jornal também dedicará um bom espaço à Base de Alcântara e ainda falará das dívidas e dos planos do FMI. Toda sua contra-capa será dedicada à organização do plebiscito, com orientações concretas de como proceder.

Aqui haverá um grande desafio - especialmente aos sindicatos - de reproduzir milhões de exemplares deste jornal para a distribuição massiva ■

A LUTA CONTRA A ALCA É INTERNACIONAL

A Plenária se encerrou com uma poesia, uma música cantada por todos os presentes e com um grito de guerra: "Brasil, Colômbia, América Central, a luta contra a ALCA é Internacional".

O caráter internacional desta luta não é apenas uma palavra de ordem a mais, é uma necessidade e uma realidade. A campanha é continental. Envolve toda a América Latina e também os trabalhadores e o povo explorado dos EUA e Canadá.

A primeira pergunta foi definida pela Plenária Continental de Quito para todos os países que farão plebiscitos ou consultas entre setembro deste ano, como é o nosso caso, e abril de 2003.

E a primeira grande atividade internacional se dará em Quito, no Equador, entre os dias 27 de outubro e 1 de novembro, quando se realizarão grandes manifestações, conferências e palestras. Nesta data estarão se reunindo aí os ministros dos os 34 países da América em mais uma rodada de consolidação das negociações da ALCA. As organizações equatorianas estão discutindo se farão um levante neste dia. Os demais países enviarão delegações ■

COMITÊS POR TODO O PAÍS

Agora é hora de arregaçar as mangas e entrar de cabeça na campanha, organizando palestras e montando comitês por toda parte. Em muitos estados estão se realizando plenárias de monitores por região, com o objetivo de garantir comitês no maior número possível de cidades.

Nas grandes cidades, além dos comitês estaduais e municipais, é decisivo montar comitês por bairros, escolas, universidades, sindicatos, empresas. É preciso e possível envolver milhares de trabalhadores e jovens neste debate e construir uma grande mobilização rumo ao plebiscito ■

CAMPANHA CONTINUA APÓS O PLEBISCITO

A construção do plebiscito é a tarefa mais importante do movimento operário e popular até setembro.

Mas a luta não se encerra com o plebiscito. A campanha e os comitês devem seguir existindo depois de 7 de setembro e organizando novas atividades.

Por isso, definiu-se que nos dias 17 e 18 de setembro se realizará uma caravana à Brasília com a participação do maior número possível de representantes dos comitês locais e municipais. No dia 17 entregaremos o resultado do plebiscito ao Congresso Nacional e faremos várias manifestações na capital. No dia 18, se realizará uma plenária, onde serão definidos os próximos passos da campanha ■

CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÕES E ATIVIDADES

Além da multiplicação de comitês, que é a tarefa central no próximo período, há atividades gerais que precisam ser reforçadas.

Antes de tudo, é preciso tomar conhecimento que a entrega da Base de Alcântara pode ser votada na Câmara dos Deputados ainda neste mês, mesmo antes do plebiscito.

Agora mesmo, já está marcada uma série de atos contra a entrega da Base de Alcântara.

Ocorrerão ainda audiências públicas e atividades culturais contra a ALCA em diversos estados. Na véspera do plebiscito, dias 28 e 29 de agosto, haverá uma coletiva nacional e coletivas estaduais à imprensa. De 1 a 7 de setembro ocorrerá o plebiscito nacional ■

ATOS CONTRA A ENTREGA DA BASE DE ALCÂNTARA

24/06 - Ato Nacional no Rio de Janeiro

8/08 - Ato em Belém do Pará

9/08 - Ato em São Luís do Maranhão

O PT e a soberania

MARIUCHA FONTANA,
da Redação

Na Plenária Nacional contra a ALCA a enorme maioria dos presentes queria nas perguntas do Plebiscito três temas: ALCA, Dívidas e Base de Alcântara.

A Direção do PT, presente com dois representantes, na prática, vetou o tema dívidas gerando enorme crise na Plenária.

Depois de longo debate a Plenária resolveu tirar o tema Dívidas para contemplar o PT. Mas, Francisco Campos e Marlene da Executiva do PT ainda assim não se sentiram contemplados. Queriam que a Plenária não incluísse o tema Alcântara e também a pergunta sobre a ruptura das negociações da ALCA.

Quando fechávamos a edição deste jornal, recebemos a resolução da Executiva do PT que solicita à Coordenação Nacional do Plebiscito que rediscuta as perguntas, por que elas criam "dificuldades" e talvez levem o PT a reavaliar sua participação no Plebiscito (*ver resolução abaixo*).

POR QUÊ AS "DIFICULDADES" DO PT COM O PLEBISCITO

Na Plenária e agora na Resolução, a Executiva do PT não usa da menor "transparência" na discussão e revela mesmo um enorme desrespeito para com as dezenas de milhares de ativistas deste país envolvidos na construção do Plebiscito.

O argumento usado na Plenária para as "dificuldades" do PT com os temas eram que Dívidas e Alcântara "dispersariam" o foco do Plebiscito. Companheiros que pensavam que tais "dificuldades" eram de forma, tentaram mostrar ao representante do PT na Plenária que a questão da defesa da Soberania envolvia um tripé: ALCA, Dívidas e Militarização. Mostraram que a questão das dívidas poderia quebrar o país e forçar uma anexação antes mesmo da ALCA. Aliás, está aí a crise financeira desta semana demonstrando quão perto o Brasil está da Argentina.

Mas o problema da direção do PT com o Plebiscito é de conteúdo. Pois, as "dificuldades" também estão em defender a ruptura das negociações com a ALCA.

Francisco Campos voltou à *Folha de S. Paulo* pós Plenária, para reafirmar que o PT só é *"contra a ALCA da forma como ela está hoje"* e não quer Alcântara para *"não parecer anti norte-americano"*.

Ou seja, só não haverá "dificuldades" se o Plebiscito defender uma formulação como a de Francisco Campos, na qual, sejamos claros, cabe, inclusive, Serra e FHC, que também dizem não aceitar a ALCA como está hoje, mas que "Uma outra ALCA é possível".

Se não, porque tantas "dificuldades" com o Plebiscito?

A direção do PT não vê nenhuma "dificuldade" em respeitar e ser "unitária" com os Fóruns financeiros e empresariais.

Não há "dificuldades" na direção do PT para afirmar que "não vai romper contratos", que "vai pagar as dívidas", que se necessário "vai fazer acordos com o FMI" e também em admitir participar das negociações da ALCA, porque como disse Lula na CNI "ser contra a ALCA seria ser contra o livre comércio".

Ou como disse Aloísio Mercadante em declarações na Câmara de Comércio Brasil-EUA: *"Mercadante defendeu ontem que o país negocie a ALCA com os EUA em conjunto com seus parceiros do Mercosul – estratégia conhecida como quatro mais um. A tática (a união dos países para negociar outras uniões estratégicas) é permitida pelo próprio documento que criou o Mercosul e já é usado na negociação com a União Européia"*. (FSP – 8/6 –pg 5)

Nós do PSTU achamos muito importante que o PT esteja no Plebiscito e queremos a unidade do movimento operário e popular, mas não ao preço de acabar com o conteúdo anti-imperialista da Campanha e do Plebiscito.

A PLENÁRIA DEVE SER RESPEITADA

Há muitos companheiros que acham que as declarações de Lula, Mercadante e cia para a burguesia são de mentirinha. Acham que uma vez eleito, Lula partirá para a ruptura com o imperialismo.

Nós, do PSTU, não achamos isso. Até porque esconder posições anti-imperialistas seria um caminho suicida para construir uma futura ruptura. Os dirigentes do PT têm larga experiência e sabem que romper as amarras que estão recolonizando o Brasil exige mobilização, organização e consciência das amplas massas.

A verdade, infelizmente, é que Lula e o PT estão se propondo a gerir a crise do Estado capitalista semicolonial brasileiro em vias de colonização completa, sem "romper contratos". Defendem que uma mudança cosmética aqui, menos corrupção ali e algumas políticas compensatórias vão ter o apoio do grande "capital produtivo" e gerar crescimento econômico. Nada muito diferente do que propõe Serra, a FIESP e a covarde e colonizada burguesia brasileira.

> LULA E MERCADANTE ACEITAM PARTICIPAR DAS NEGOCIAÇÕES DA ALCA

Nós do PSTU não escondemos de ninguém que defendemos unir os socialistas brasileiros (que não estão só no PSTU) num novo partido e forjar uma alternativa revolucionária ao PT. E lançamos a candidatura de Zé Maria, por entender que é preciso fazer ecoar um programa anti-imperialista e anticapitalista nas eleições e apontar a ação direta como via para as mudanças.

Isso não significa que não consideramos que seria muito importante que o PT estivesse no Plebiscito.

Mas, a direção do PT, se defende realmente a unidade popular contra a ALCA, não pode querer descaracterizar o Plebiscito para não molestar os grandes empresários e impor sua posição como "unitária".

A Coordenação do Plebiscito se reunirá e certamente pautará a Resolução do PT. Mas queremos nos dirigir a todos os companheiros que estão no Plebiscito e também às correntes de esquerda do PT para que defendam as resoluções votadas em plenária e exijam que a direção do PT respeite a Plenária e se some à campanha■

OS DEBAIXO Para eles não é nada irrelevante romper com o tripé da recolonização imperialista: ALCA, Dívidas e bases militares

Resolução do PT sobre o Plebiscito

"Unidade Popular na luta contra a ALCA"

1. O PT aprovou, no seu XII, Encontro Nacional, uma dura resolução contra a ALCA. Desde 1994, aliás, o Partido dos Trabalhadores vem participando de todas as iniciativas contrárias à ALCA, **tal como proposta pelo governo dos EUA.** (grifo nosso)

2. O PT tem por tradição engajar-se em campanhas unitárias. Foi o caso das Diretas Já, do Fora Collor e do Plebiscito Nacional da Dívida, entre outras.

3. O PT considera que o sucesso do Plebiscito Nacional contra a ALCA – oportunamente marcado para a Semana da Pátria, de 01 a 07/09/2002 será tanto maior, quanto maior for a unidade entre as forças que impulsionam o Plebiscito.

4. O PT avalia que as perguntas que constarão da cédula do Plebiscito devem refletir esse esforço unitário, concentrando-se no tema ALCA.

5. O PT avalia que a redação das perguntas que constarão das cédulas do Plebiscito Nacional, conforme decisão da plenária realizada nos dias 03 e 04/06, cria dificuldades para a participação de várias entidades que, a exemplo do PT, talvez sejam levadas a reavaliar a sua participação no Plebiscito.

6. Tendo isto em vista, o PT se dirige à coordenação nacional e às entidades que dirigem o Plebiscito, solicitando que, em nome da unidade das forças populares, reabra a discussão sobre as perguntas que constarão da cédula do Plebiscito.

Resolução da Comissão Executiva Nacional do PT
São Paulo, 10 de junho de 2002

Se estivermos todos juntos, contra o que vamos lutar?

A PROXIMIDADE DAS ELEIÇÕES PAUTOU A POLÊMICA SOBRE AS ALIANÇAS ELEITORAIS. O DEBATE AUMENTOU SUA TEMPERATURA COM AS RECENTES DECLARAÇÕES DE LULA E JOSÉ DIRCEU FAVORÁVEIS A ALIANÇA COM O PL, DO EMPRESÁRIO JOSÉ ALENCAR, E COM O PMDB DO EX-GOVERNADOR CORRUPTO ORESTES QUÉRCIA.

ALVARO BIANCHI,
membro do Conselho Editorial da revista *Outubro*

Os favoráveis a tais alianças argumentam que é necessário fortalecer e ampliar a candidatura de Lula. Mas ao invés de fortalecer e ampliar um projeto da classe trabalhadora, tais alianças fortalecem a ordem dominante. Vejamos porquê.

Todos nós sabemos, pela própria experiência cotidiana, que nossa sociedade está repleta de contradições; que enquanto uns vivem muito bem, desfrutando de todo luxo e mordomia, outros não têm sequer a alimentação básica diária; e que esta desigualdade social acaba por afetar todos os ramos da vida: na justiça, no lazer, no acesso à cultura, etc.

ALIANÇAS COMO ESSAS SÓ SERVEM PARA FORTALECER A ORDEM DOMINANTE

A simples observação da vida em torno de nós revela que a sociedade não está composta por "irmãos" com "direitos iguais", mas sim por grupos de pessoas com diferentes interesses, grupos que travam entre si constantes combates em defesa de seus interesses específicos: são as classes sociais.

CLASSES SOCIAIS E EXPLORAÇÃO

Segundo Lênin, chamamos "*classes sociais aos grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam num sistema historicamente definido de produção social, pela sua relação (a maior parte das vezes fixada e consagrada pelas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, portanto, pelos modos de obtenção, pela importância da parte das riquezas sociais de que dispõem*".

Assim, os diferentes interesses dessas classes nascem dos diferentes papéis que elas ocupam no processo produtivo, na produção e distribuição de bens materiais. São a propriedade privada e o controle dos meios de produção (as máquinas, as terras, as fábricas, etc.) os fundamentos dessa divisão da nossa sociedade em classes. É dessas fontes que se estabelecem relações sociais antagônicas e a constituição de algumas classes dominantes e outras dominadas, umas exploradoras e outras exploradas. *Todas as demais diferenças entre as classes se originam de uma primeira diferenciação fundamental: a situação de cada uma delas em relação aos meios de produção.*

A burguesia detém a propriedade, a posse e/ou o controle dos meios de produção, enquanto a classe operária somente possui sua energia para trabalhar, sua força de trabalho, a qual é obrigada a vender aos patrões em troca do salário. A partir do momento em que a compra, a força de trabalho do operário passa a pertencer ao burguês, que dispõe dela como quiser, utilizando-a no processo produtivo. O custo de manutenção da força de trabalho constitui seu valor; o lucro é proveniente da diferença entre o valor das riquezas produzidas pela força de trabalho e esse custo de manutenção, chamado salário.

Ao patrão, o que interessa é o aumento constante do lucro. *A classe burguesa aumenta seus lucros na medida que eleva a exploração sobre a classe trabalhadora.* Aos trabalhadores, por outro lado, só pode interessar o que recebem para seu sustente e o de sua família. *A classe operária aumenta seus salários na medida em que diminui a exploração da burguesia*. Ou seja, o que um ganha o outro perde. Não existe a possibilidade dos dois ganharem.

LUTA DE CLASSES E SUAS DIMENSÕES

A luta de classes, ou seja, o confronto (aberto ou dissimulado) que se produz entre as classes opostas (em favor de seus interesses de classe), é decorrência dessa diferenciação em relação aos meios de produção.

O marxismo parte do princípio de que não se pode sequer descrever a vida social e suas mudanças através da história sem levar em conta o confronto entre exploradores e explorados.

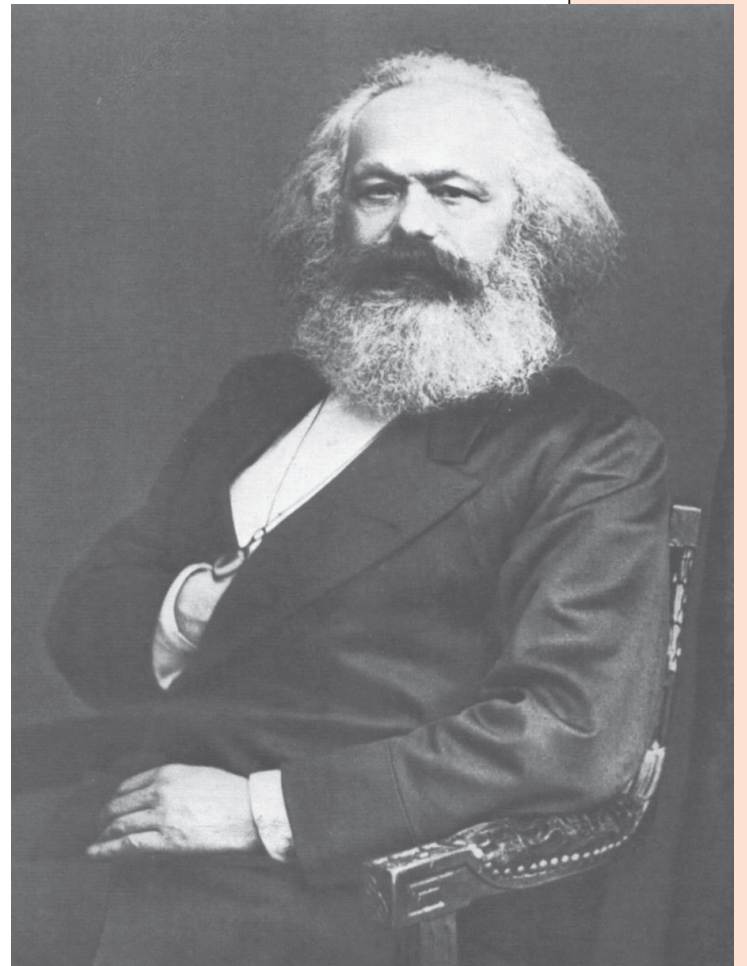
A luta econômica, a luta ideológica e a luta política são formas assumidas pela luta de classes, que, embora com o mesmo sentido, apresentam-na de maneiras distintas. A luta econômica é o confronto que se produz entre as classes que se opõem na estrutura econômica da sociedade, ou como define Lênin *"é a luta coletiva dos operários contra os patrões a fim de conseguir condições vantajosas de venda de sua força de trabalho, melhorar as condições de vida e de trabalho dos operários"*.

A luta ideológica é travada entre a ideologia burguesa e todas as suas manifestações, e a ideologia proletária, cientificamente elaborada, baseada na teoria marxista. A luta política é o confronto que se produz entre as classes em sua luta pelo poder político, isto é, em luta para conquistar o Estado.

AS ÚNICAS ALIANÇAS QUE FORTALECEM AS LUTAS SOCIAIS SÃO AQUELAS ENTRE OS EXPLORADOS

É nessa luta econômica, ideológica e política que os trabalhadores afirmam sua independência, sua identidade de classe e constroem seu projeto social.

Mas para afirmar essa independência, sua identidade e seu projeto só podem afirmar-se como negação de outras identidades e outros projetos. A identidade e o projeto dos trabalhadores só podem ser, portanto, antiburgueses e anticapitalistas.

Ocultar isso através de alianças ou pactos com a burguesia significa impedir a afirmação autônoma dos trabalhadores na esfera econômica, ideológica e política. Significa admitir como horizonte a permanência da burguesia como classe dominante e a manutenção do capitalismo como forma de organização social.

MARX E ENGELS
Eles defenderam que a "libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores"

As únicas alianças e pactos que fortalecem as lutas sociais, ao invés de enfraquece-las, são aquelas que se estabelecem entre classes sociais subalternas com o objetivo de negar a dominação burguesa e a exploração capitalista.

Na luta pelo fim da exploração capitalista, a classe trabalhadora luta para conquistar a hegemonia política sobre os mais amplos setores das massas exploradoras e oprimidas – os estudantes, negros e mulheres, os pequenos camponeses e aqueles que já perderam suas terras, entre outros –, atraindo-as para um projeto de transformação social.

Estas alianças seriam para lutar contra a dominação capitalista e seus representantes, entre eles, Alencar e Quércia ■

GAYS E LÉSBICAS

Meio milhão contra o preconceito

MEIO MILHÃO DE PESSOAS INUNDARAM A AVENIDA PAULISTA NO ÚLTIMO DIA 2. FOI A FESTA DO ORGULHO LÉSBICO, GAY, BISSEXUAL E TRANSGÊNERO (LGBT). ZÉ MARIA FALOU EM NOME DO PSTU À MULTIDÃO

LEANDRO PAIXÃO,
pela Secretaria Nacional de Gays e Lésbicas do PSTU

A festa do Orgulho Gay é um espaço conquistado com luta, mas que vem sendo ocupado por setores do mercado, interessados em explorar a grana cor-de-rosa da classe média LGBT. O **PSTU**, através da sua Secretaria de Gays, Lésbicas e Bissexuais, ajudou a construir as primeiras manifestações públicas do Orgulho LGBT de São Paulo, em 1996 e 1997. Naqueles atos, faixas e cartazes deixavam bem à mostra quais eram as reivindicações do movimento. A partir de 1998, militantes do PT criaram uma ONG para gerenciar o evento, que antes era fruto da mobilização conjunta dos grupos militantes.

Essa ONG, a "Associação da Parada" funciona como uma verdadeira empresa burguesa, repassando direitos, assinando contratos, vendendo lotes dentro do espaço da manifestação que tem hoje a cara e a forma de um grande carnaval fora de época, fazendo com que as bandeiras de luta do movimento fiquem secundarizadas no meio de máscaras carnavalescas e hits musicais.

A exemplo da Parada de 2000, quando representantes do PSTU foram barrados e impedidos de falar no ato porque denunciariam atitudes homofóbicas do governo do Estado, financiador do evento, houve um ensaio este ano, por parte da organização da Parada, ligada à corrente Articulação Unidade na Luta, do PT, de não abrir o microfone para além dos parlamentares do próprio PT e da prefeita de São Paulo, Marta Suplicy. Foi a pressão de setores descontentes que forçou os petistas a deixarem Zé Maria falar.

Zé Maria creditou à força e à mobilização dos/as próprios/as LGBTs as leis aprovadas contra a discriminação e denunciou a farsa teatral de FHC, que apesar de se dizer, agora, a favor da parceria civil entre homossexuais, não fez nada contra o assassinato de mais de 800 homossexuais durante o seu governo.

O PSTU participa das Paradas LGBTs porque entende que a luta contra a discriminação homofóbica é uma luta justa. A coluna do PSTU colocou-se ao lado dos que lutam por um mundo justo e sem homofobia ■

ORGULHO GAY, parada em São Paulo reuniu 500 mil pessoas

MOVIMENTO

Educação em Belém enfrenta prefeitura do PT

CONCHA,
de Belém

Os professores e funcionários das escolas do município de Belém do Pará estão em greve desde o dia 18 de abril. A greve caminha para completar 60 dias e enfrenta uma intransigência sem limites da prefeitura do PT.

Após quase seis anos de governo do PT, os trabalhadores da educação municipal de Belém não conseguiram o atendimento das suas reivindicações de forma efetiva: reposição das perdas do plano real que atingem cerca de 40%; pagamento do resíduo salarial de 1991 e 1992, que é de 65%; cumprimento do estatuto do Magistério com relação à progressão horizontal e vertical; insalubridade para merendeiras e serventes; recesso escolar remunerado para trabalhadores de apoio e administrativo, etc.

Conforme a greve se alongou cresceram as pressões da prefeitura petista: as portas do palácio Antonio Lemos foram fechadas diversas vezes para categoria e a comissão de negociação chegou a ser expulsa pela guarda municipal e pela milícia cabana.

Houve também pressões psicológicas; corte do suprimento de fundo das escolas e humilhações sofridas pelos prestadores de serviços na Secretaria de Educação, que além da precarização do trabalho, não estão recebendo vale-transporte e sofrem todo tipo de retaliação política, como a suspensão do pagamento do mês de maio e a ameaça de não renovação de contrato.

EM SEIS ANOS DE GOVERNO DO PT, AS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NÃO FORAM ATENDIDAS

Uma vergonha o que está acontecendo em Belém do Pará. Pois uma prefeitura dirigida por uma corrente da esquerda do PT, a Força Socialista, além de colocar a guarda municipal e a milícia cabana contra os professores, organiza seus militantes para tumultuar as assembléias com todo tipo de provocação (no pior estilo stalinista), incluindo as agressões físicas.

Estas agressões e métodos causaram enorme indignação e foram repudiadas em nota oficial do comando de greve. Até o encerramento desta edição, a greve prosseguia ■

SINDICAL

Chapa 1 ganha eleições do ANDES-SN

JOSÉ VITÓRIO ZAGO
1º tesoureiro do Andes-SN

Nas eleições realizadas para a nova diretoria do Andes-SN (o Sindicato Nacional dos Docentes das Universidades) nos dias 22 e 23 de maio, saiu vitoriosa a chapa da situação, a Chapa 1, com 11.733 votos (58,32%) contra 7.447 (37,01%) para a Chapa 2.

Houve um índice de abstenção um pouco maior do que nas eleições passadas, já que devido à greve algumas universidades estavam em período de recesso. Esse fato serviu para que os membros da Chapa 2 tentassem desqualificar a vontade incontestável dos docentes em continuar no rumo proposto pela atual direção do sindicato.

A Chapa 1 é composta por militantes da esquerda do PT, do PSTU e de independentes, e foi apoiada por inúmeros intelectuais e militantes do movimento social e sindical.

A Chapa 2, composta por militantes do PT e do PCdoB, foi apoiada por grande parte da Articulação Sindical e pelo Ministro Paulo Renato. Esse último apoio, não foi desmentido pelo ministro.

A nova diretoria tomará posse no dia 21 de junho na abertura do 44º Conselho das Seções Sindicais do Andes-SN e terá pela frente grandes desafios. O principal deles será obrigar o governo a cumprir o acordo assinado ao final da última greve.

Além disso, temos que combater o projeto de inovação tecnológica do governo e o projeto de lei orgânica das universidades federais proposto pela Andifes (reitores das universidades federais).

Outros desafios serão a campanha contra a Alca e a intervenção no debate eleitoral, divulgando as propostas do Andes-SN em defesa do ensino público e gratuito, do rompimento com o FMI, do não pagamento da dívida, de apoio às ocupações, comparando essas resoluções com as propostas dos candidatos. E para além das eleições, manter o sindicato independente do Estado e dos governos, na defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora ■

Liberdade para os presos do MST

AMÉRICO GOMES,
de São Paulo

Fernando Henrique Cardoso segue a máxima de que a questão social é um caso de polícia. Intensifica as perseguições e prisões contra os militantes do Movimento Sem Terra em todo o país.

Recentemente, no Estado de São Paulo, foi decretada a prisão de 13 trabalhadores do campo, 6 foram presos de imediato e 7 estão foragidos. Somente daqui a um mês é que será julgado o mérito do *habeas corpus* apresentado pelos advogados dos companheiros.

Há pouco tempo conseguimos, com a força de campanhas dos movimentos sociais, a liberdade dos presos da Fazenda Buritis e dos sem-terra da região de Bauru. Precisamos agora repetir a dose e exigir que os militantes do MST encarcerados sejam imediatamente soltos e que se suspendam todas as ordens de prisão contra dirigentes dos sem terra.

No dia 15 de junho acontece em Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema, um ato pela liberdade dos companheiros presos e perseguidos pela justiça do Estado de São Paulo.

Cerca de 100 mulheres e crianças se encontram acampadas na região do Pontal desde o dia 6, numa vigília próxima ao Fórum de Teodoro Sampaio. A partir do dia 15, estarão presentes na cidade dirigentes sindicais, dos movimentos populares, deputados e vereadores eleitos pelos trabalhadores.

O professor Edgar Fernandes, diretor eleito da Apeoesp, confirmou sua presença e afirmou que: "*nossa participação era o mínimo que poderíamos fazer depois do apoio que recebemos em nossa campanha sindical*".

Assim como Miguel, membro da direção estadual do MST e assentado em Iaras, na região próxima a Bauru, declarou: "*faço questão de ir a Teodoro Sampaio no dia 15. O pessoal de lá fez muito para me tirar da cadeia quando estava preso, vieram até Bauru e realizaram muitos atos*".

É fundamental que todo o movimento sindical, estudantil e popular participe ativamente de mais esta campanha para libertar nossos companheiros sem terra. Uma boa iniciativa sería começar enviar moções de repudio ao juiz de Teodoro Sampaio ■

MOÇÃO DE REPÚDIO

Exmo. Sr. Dr. Atis de Araújo Oliveira, Juiz de Direito de Teodoro Sampaio-SP

Vimos através desta demonstrar nosso repúdio e contrariedade aos decretos de prisões emanadas de vossa judicatura por entender que todas elas possuem um conteúdo político e de classe no sentido de criminalizar aqueles que lutam pela tão adiada Reforma Agrária em terras reconhecidamente devolutas desta região.

Entendemos, como o Superior Tribunal de Justiça, que os eventuais problemas em distribuição de lotes devam ser resolvidos em âmbito próprio e competente para tanto, ou seja, INCRA, ITESP e Movimentos Sociais, reservando ao Judiciário função mais nobre que a de barrar o avanço da Reforma Agrária com prisões arbitrárias, que em absolutamente nada contribuem para a questão. Esperamos que a função do Poder Judiciário seja a distribuição da Justiça, e por esta, em país tão iníquo como o nosso, também se entende a Justiça Social. E é exatamente isto, o que se espera de Vossa Excelência.

Enviar a moção para:
Fórum de Teodoro Sampaio
Fax: (18) 2821152 Rua passeio Curió, 4 e 5, Vl. São Paulo, Teodoro Sampaio-SP, Cep. 19280-000 Com cópia p/ (11) 3272-9601

Oito anos de impunidade

AMÉRICO GOMES,
de São Paulo

O dia 12 de Junho, para os militantes do PSTU não é apenas a data do dia dos namorados, mas nos lembra, sobretudo, que há oito anos foram assassinados os companheiros José Luís e Rosa Sundermann, por serem militantes socialistas e defensores dos direitos dos trabalhadores da cidade e do campo.

José Luís era presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de São Carlos e diretor da Federação Nacional dos Funcionários das Universidades Federais (Fasubra). Rosa era dirigente do Partido, membro do Comitê Central do recém fundado **Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)**.

Ele é lembrado pela popularidade que possuía entre os trabalhadores da Universidade e pela valentia com que enfrentava a repressão policial, o governo, os patrões e a burocracia sindical. Ela, por ser organizadora do Partido e dirigente da regional de São Carlos.

Pais de dois filhos, lutadores, socialistas, conhecidos pela firmeza política com que defendiam suas idéias. Onde houvesse alguma mobilização estavam presentes, fosse uma disputa sindical contra a pelegada do sindicato dos metalúrgicos, uma greve estudantil ou uma greve de trabalhadores rurais.

Foi em uma destas greves de trabalhadores rurais, na Fazenda Piratininga, que José Luís e Rosa se enfrentaram com seus algozes. Ameaçados de morte, tempos depois, foram assassinados dentro de sua própria casa.

Os principais suspeitos do assassinato de José Luís e Rosa estão livres, como estão livres dezenas de assassinos de militantes urbanos e rurais em nosso país.

A luta pela punição exemplar dos assassinos de José Luís e Rosa, não é uma luta só do **PSTU** é a luta pela punição de todos os criminosos de trabalhadores e pela descriminalização dos movimentos sociais.

Ao considerar um trabalhador ou um sem-terra como bandido busca-se justificar sua prisão, tortura e morte, neste país onde os Direitos Humanos são uma abstração.

Por isso, José Luís e Rosa serão lembrados no ato dia 15 de Junho em Teodoro Sampaio. Na ocasião, se exigirá o fim da perseguição política aos sem terra ■

A FOME NÃO ESPERA

MAIS DE SEIS MESES APÓS A REVOLTA POPULAR DE 19 E 20 DE DEZEMBRO QUE DERRUBOU O GOVERNO DE LA RÚA, A ARGENTINA VIVE UMA CATÁSTROFE ECONÔMICA E SOCIAL QUE É O MOTOR DE SUA REVOLUÇÃO. ENQUANTO A CLASSE DOMINANTE CONTINUA ENTREGANDO O PAÍS AO CAPITAL INTERNACIONAL, OS TRABALHADORES E O POVO LUTAM CONTRA O GOVERNO E O FMI. E, AO MESMO TEMPO, BUSCAM UMA ALTERNATIVA POLÍTICA PARA O PAÍS.

MULHERES nos protestos que sacudiram a Argentina em dezembro de 2001

BERNARDO CERDEIRA, de Buenos Aires, especial para o Opinião Socialista

'O *cavalo é mais gostoso que o sapo*'. Esse título do jornal *Página 12* da Argentina não é brincadeira infantil, é a pura expressão da barbárie capitalista que devasta este país. A reportagem denuncia que crianças de Quilmes, na Grande Buenos Aires, assam sapos, ratos e gatos e os pais matam cavalos doentes para dar de comer aos filhos.

A Argentina produz alimentos suficientes, carne e grãos entre outros, para alimentar 300 milhões de pessoas. No entanto, hoje a fome é uma realidade ou uma terrível ameaça para mais de metade da população argentina. Os jovens e as crianças são os mais atingidos. Cerca de 152 mil menores de 15 anos da Capital e da Grande Buenos Aires têm problemas de desnutrição e correm risco de desenvolver problemas graves de saúde; 53% dos jovens da área metropolitana vivem em lares pobres.

Nos últimos 12 meses, 318 mil crianças foram lançadas na miséria, um ritmo de empobrecimento de 871 crianças por dia. A pobreza infantil na Capital e na Grande Buenos Aires cresceu 128% desde 1993.

Atualmente, metade dos argentinos vive abaixo da linha de pobreza. Na Grande Buenos Aires 52% da população é pobre. E nas províncias do norte (Corrientes, Misiones, Formosa e Chaco) a pobreza chega a alcançar 66,1%. Segundo os critérios do INDEC (órgão do governo equivalente ao IBGE no Brasil), pobres são as famílias de 4 pessoas (um casal e dois filhos que ganham menos de 598,7 pesos - 452 reais - por mês).

A indigência (a camada mais pobre entre os pobres, que não dispõe de dinheiro para comprar uma cesta superbásica de alimentos) já chega a quase 6,5 milhões de pessoas, 17,8% da população.

A cesta básica de produtos de consumo popular subiu 72,79% de janeiro à 17 de maio deste ano. Alguns produtos tiveram aumentos superiores a 100%. É o caso da farinha (128%), do fubá (110,83%) e do óleo de girassol (148%) ■

Capachos do FMI

Nesse quadro, que até o núncio apostólico da Argentina, o cardeal Berboglio, chamou de "um país à beira da dissolução nacional", a classe dominante e seus principais partidos políticos, só vêem uma saída: entregar-se ainda mais aos braços do FMI.

O governo Duhalde busca desesperadamente um acordo com o Fundo. Para isso, depois de esboçar uma resistência, aceitou totalmente os quatro pontos que o FMI havia exigido para começar a discutir um possível acordo.

Estes pontos eram um ajuste fiscal com cortes de até 40% no orçamento dos estados, o que significa, por exemplo, a demissão de 400 mil funcionários públicos; uma saída para o "corralito" que preservasse depositantes e evitasse a quebra dos bancos; mudanças na Lei de Falências para facilitar a compra de empresas quebradas por multinacionais e revogação da Lei de Subversão Econômica.

DUHALDE ESTEVE POR UM FIO

Em fim de maio, Duhalde quase caiu quando tentou votar um plano para parar o vazamento de dinheiro do "corralito", que vinha se dando através de medidas judiciais. O Congresso se recusou a votar seu projeto, o ministro da Economia, Lemes Renicov, renunciou e Duhalde esteve por um fio.

Os governadores peronistas, os verdadeiros sustentáculos do governo Duhalde, se reuniram com o presidente e exigiram que este cumprisse as ordens do FMI, com o objetivo de firmar um acordo o mais rápido possível. Divulgaram uma carta de intenções com 14 pontos, incluindo os quatro do FMI e mais alguns por conta própria.

Duhalde chegou a dizer que a "Argentina é a ovelha negra do mundo", referindo-se à situação do país depois da cessação de pagamentos da sua dívida externa. Não é de estranhar, portanto, que o governo tenha voltado a pagar a dívida, usando reservas do Banco Central para enviar 680 milhões de dólares ao Banco Mundial.

Tudo isso num clima de pressões descaradas dos governos imperialistas. Durante a recente viagem de Duhalde a Europa, o chefe do governo espanhol e presidente da União Européia, Jose Maria Aznar, declarou: "*O que é mais importante agora para a Argentina é que o seu governo adote as medidas que o FMI colocou sobre a mesa. Essa é a responsabilidade real do governo*". Aznar lembrou a Duhalde que isto tinha sido acordado com George Bush, presidente dos EUA.

SOB OUTRA BANDEIRA

O descaramento e a entrega chegaram a tal ponto que a deputada Alícia Castro, da *Frente por el Cambio*, teve um gesto insólito durante a discussão das modificações na Lei de Falências. Em seu discurso disse: "*Se vão reduzir o Congresso ao triste papel de cartório dos interesses do Fundo (tenham) um gesto de sinceridade, desçam a bandeira Argentina do recinto e continuem a sessão sob esta outra*". Em seguida, a deputada mostrou a bandeira americana, levantou-se da sua bancada, caminhou até a mesa da presidência e depositou a bandeira, diante do presidente, o peronista Eduardo Camaño.

Finalmente, a vergonhosa submissão se completou. A Lei de Falências foi modificada, a Lei de Subversão Econômica foi revogada, a maioria das províncias firmou o ajuste fiscal e o governo criou um Plano Bônus voluntário que permite a troca do dinheiro retido no "corralito" por imóveis, carros, etc.

Agora, Duhalde tentará firmar o acordo com o FMI até julho e, com isto, conseguir arrastar a sua caricatura de governo até as eleições que devem ser antecipadas para dezembro deste ano ■

Uma greve com mais de mil bloqueios de estradas

A explosiva combinação de caos econômico e social com a colonização do país tem provocado um aumento dos protestos populares. Mas, agora as lutas estão adquirindo um novo caráter. Se antes predominavam os "cacerolazos" e os "escraches" a bancos e a políticos, hoje começam a predominar a combinação de greves e mobilizações contra cortes salariais e em defesa das mínimas conquistas dos trabalhadores com a luta popular por trabalho.

CRISE SOCIAL AVANÇA

O pano de fundo destes protestos é a combinação de inflação, congelamento salarial e um enorme desemprego. O salário real está no nível mais baixo dos últimos 50 anos. De acordo com dados do Ministério da Economia, o salário médio dos trabalhadores da Grande Buenos Aires e da Capital Federal é hoje 32,8% do que era em 1974.

Por outro lado, o desemprego alcança 25,2% da população economicamente ativa, ou seja, um em cada quatro trabalhadores, 3 milhões e 600 mil desempregados. Isso sem contar os subempregados e os jovens que ainda não conseguiram entrar no mercado de trabalho formal. Em outras palavras, a fome não espera e pressiona os trabalhadores e os setores populares que por sua vez pressionam sua direção.

O maior exemplo foi a greve geral de um dia chamada pela Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA) e pela Corrente Classista e Combativa (CCC) e apoiada pela Federação Universitária Argentina (FUA) e até pela Federação Agrária Argentina.

A CTA e a CCC estavam muito desprestigiadas porque não participaram das jornadas de 19 e 20 de dezembro e depois se dedicaram a promover acordos com o governo Duhalde. Mas, agora, diante da verdadeira caldeira que é a situação econômica e social da Argentina, se relocalizaram para não perder seus cargos e chamaram à mobilização.

Os trabalhadores e os setores populares atenderam este chamado e o transformaram em sua luta. Por exemplo, a CTA não tem peso entre o proletariado industrial. Os principais sindicatos que dirige são os de funcionários públicos, trabalhadores das empresas estatais e professores da rede pública. Portanto, a greve não contou com a adesão de trabalhadores da indústria e do transporte.

No entanto, o protesto teve uma importante participação de todos os movimentos piqueteiros que organizaram mais de mil bloqueios (os chamados "cortes de ruta") de estradas, viadutos, pontes, rotatórias e outros pontos de acesso à capital federal e às principais cidades do país. Também participaram muitas Assembléias Populares.

DESAFIO É CONSTRUIR ESTRATÉGIA E OBJETIVOS DA LUTA

Ainda que a direção burocrática da greve não permitiu uma unificação com outros sindicatos, da CGT, por exemplo, vários setores se apoiaram nesta medida de luta para fortalecer ou desencadear a luta de sua categoria. É o caso dos professores da província de Buenos Aires que, alguns dias antes tinham realizado uma marcha de 15 mil docentes à capital da província, La Plata, e que agora continuam mobilizando-se por meio de ocupações de escolas e outras formas de luta.

A grande questão é como organizar de forma unitária a luta dos trabalhadores e do povo, em torno a um programa e em um organismo unitário, um Congresso Nacional Operário e Popular, que reúna as Assembléias Populares, as organizações de desempregados (os "piqueteiros"), os sindicatos combativos, as oposições sindicais e as comissões de empresas, etc. E, principalmente, discutir uma estratégia, um objetivo para a luta da classe trabalhadora ■

DIVULGAÇÃO

FMI Horst Koehler, diretor do FMI, é orientado por Tom Dawson, porta-voz do Fundo, em uma entrevista coletiva

Uma segunda independência está na ordem do dia

Em 25 de maio se comemorou em toda a Argentina a revolução de 1810, que rompeu os laços com o domínio dos reis da Espanha sobre o país e deu início à luta pela independência. Essa revolução foi a base para que a construção da Argentina como nação soberana.

Hoje, 192 anos depois, o país está de novo sob a exploração e a opressão de potências estrangeiras. Só que agora os amos são os países do Norte, principalmente os Estados Unidos.

A Argentina foi totalmente vendida. Perdeu seu petróleo, as ferrovias, a rede de telecomunicações, a água e o gás. A fome e a miséria se alastram; crianças e velhos buscam comida no lixo. Esta catástrofe social é o resultado de décadas de submissão aos "ajustes" permanentes ditados pelo FMI.

A Argentina, e toda a América Latina, estão se convertendo novamente em uma colônia. Em vez da Espanha, a coroa e o poder estão em Washington. Depois de saquear o patrimônio do país, agora, com a Lei de Falências, o imperialismo quer todas as empresas argentinas, enquanto os bancos consagram sua "licença para roubar", com a revogação da Lei de Subversão Econômica.

> EM VEZ DA ESPANHA, A COROA E O PODER AGORA ESTÃO EM WASHINGTON

Em 1810 na Argentina, os patriotas revolucionários fizeram a revolução de maio. Essa revolução se estendeu a toda a América dominada pelos espanhóis. Lutavam para impedir o roubo das riquezas, terminar com a escravidão e decidir os destinos do país.

Hoje para sair da miséria, para que haja comida, trabalho, saúde e educação para todos, é preciso uma nova independência.

Isso só é possível com uma nova revolução, um novo "argentinazo" que não espere por eleições, que derrube o governo Duhalde já e vá até o fim, rompendo com o império, deixando de pagar a dívida externa e impondo um plano econômico operário de emergência. Hoje, os únicos que podem tomar em suas mãos essa imensa tarefa revolucionária são os trabalhadores e os setores populares, através de um governo operário e popular baseado em suas organizações independentes ■

PSTU 16

ROMPER COM A ALCA E O FMI
NÃO PAGAR A DÍVIDA EXTERNA

ESQUERDA PRA VALER

ATO NACIONAL

22 DE JUNHO, 16H - SÃO PAULO

Quadra dos Bancários - Rua Tabatinguera, 192 - Centro

Um grande Ato Nacional irá coroar a convenção que oficializará a candidatura de Zé Maria à Presidência e de Dirceu Travesso ao governo do estado de São Paulo. O ato contará com a presença de lideranças sindicais e populares de diversos movimentos de todo o país. Também estarão presentes candidatos do PSTU de outros estados, como Cyro Garcia, candidato a governador no Rio de Janeiro. Haverá ainda representações internacionais. Mais de mil ativistas lotarão a quadra dos bancários em um ato de luta e socialista. Participe você também!

Dirceu Travesso
GOVERNADOR SP